

jornaleco

Orgão Informativo do CAECO

Ano 1 Número 1

NASCE O JORNALECO

A razão deste texto é definir os objetivos que pretendemos cumprir neste jornal. Discorrendo inicialmente sobre a questão organização, este jornal é realizado pela Comissão de Imprensa do CAECO (Centro Acadêmico da Economia).

Quanto ao objetivo central deste, a idéia é criar-se um espaço a ser ocupado basicamente pelos alunos do Curso de Economia. Pois bem, criado o espaço, surge a questão de como este vai ser ocupado, qual será o conteúdo deste jornal.

Creio que a título de simplificação, posso dividir esta questão em três grandes itens, nos quais estarão englobados os artigos aqui publicados. Primeiro, artigos referentes a questões internas do INSTITUTO, incorporando aqui informes do C.A., análise de problemas feitas por alunos e professores, divulgação de acontecimentos (festas, resultados de reuniões, etc). Segundo, artigos específicos da área do INSTITUTO, discorrendo sobre economia e política, o que será feito por alunos e professores (aqui devo lembrar que, embora o espaço seja principalmente dos alunos, serão bem vindos artigos de professores que possibilitem enriquecer o conhecimento econômico dos alunos). Terceiro, artigos referentes à área de lazer, englobando poesias, contos, horóscopo, coluna social, curiosidades, etc.

Definidos objetivos e conteúdo, a Comissão de Imprensa convida alunos e professores a participar deste novo espaço, contribuindo com artigos que de antemão fica avisado, são de inteira responsabilidade dos autores.

Assim está fundado o JORNAL DA ECONOMIA, JORNAL DA ECO, carinhosamente JORNALECO.

GILBERTO (COMISSÃO DE IMPRENSA)

DEMONSTRATIVO Nº 1 CENTRO ACADÊMICO DA ECONOMIA DIRETORIA FINANCEIRA

	RECEITA	DESPESA
- Situação Inicial		
C/C Banespa	196.000	
Caixa	6.000	
- Pqto. à PROARTE (camisetas)		250.000
- Pqto. à PROARTE (plásticos)		60.000
- Venda de Camisetas	450.000	
- Venda de Plásticos	142.000	
- Loteco	46.600	
- Venda de Livros	200.000	
- Compras / Secretaria		10.000
Pasta		2.800
Caderno		
	=====	=====
TOTAL	1.037.600	322.800
	=====	=====
- Situação Atual		
C/C Banespa		455.000
Caixa		280.000
	=====	=====
TOTAL	1.037.600	1.037.600
	=====	=====

Obs. Demonstrativo referente ao período 23/11/84 - 14/12/85

A COMISSÃO DE ENSINO

1. Objetivos: Cuidar dos interesses acadêmicos (formais) dos alunos de economia, avaliar constantemente o andamento dos cursos obrigatórios oferecidos aos alunos de economia, sugerir idéias à comissão de graduação ou pós-graduação, chefia de departamento, ao conselho interdepartamental ou à Congregação, para a melhoria do ensino no I.E.; participar de todas as instâncias ou órgãos permitidos pelo regimento de I.E. e da UNICAMP; na medida do possível procurar aumentar essa participação ativa dos alunos de economia nos rumos que o I.E. possa tomar na área educacional (currículo, horário, alocação de professores, contratação de professores, cursos de férias, etc), sempre visando a melhoria desta.
 2. Funcionamento: A comissão de Ensino se reúne semanalmente e, quando necessário, faz reuniões extras. Mensalmente esta comissão distribuirá um questionário a todos alunos, disciplina por disciplina, para com eles, poder avaliar o andamento do curso. De posse desses questionários a comissão terá melhores condições para sugerir ou exigir medidas do I.E. (através dos vários órgãos em que possui representante) que melhore o aproveitamento dos alunos, o desempenho do professor, o conteúdo do curso e o seu horário.
Embora haja essa sistemática mensal de avaliação dos cursos, todo aluno que tiver alguma reclamação, dúvida ou sugestão na área de ensino, poderá a qualquer momento procurar os integrantes da comissão de ensino ou qualquer integrante do C.A. da ECONOMIA para expor seu problema. Este será avaliado pela comissão de ensino que o encaminhará às instâncias ou órgãos competentes do I.E. ou UNICAMP para resolvê-lo.
- OBS: A comissão gostaria que essa prática fosse frequente.
3. Integrantes da comissão de ensino: Representantes das turmas (2 por ano, 1º, 2º, 3º, 4º, escolhidos por pares semestralmente), alguns dos integrantes do C.A. da Economia, coordenados pelo Diretor de Ensino.

Ricardo (4º ano)
Diretor de Ensino

11/06 - Palestra cf Maria da Conceição TAVARES
12h - IFCH

SERÁ A MENSTRUÇÃO ?!

Carolina (de Chico Buarque) já saiu da janela.
Amélia se cansou de ser mulher de verdade para provar alguma coisa.
"Ousar é preciso", foi a bandeira levantada pelas feministas no início dos anos 80.
Como estamos nós, mulheres, hoje ?
Já questionamos muito, mudamos nossas relações. Pintamos o mundo de cor-de-rosa choque.
E daí ?
Falarei daquelas que conheço, as estudantes daqui. Elas que estão se lançando no mercado profissional e estão dando de cara com uma sociedade onde ainda predomina o ranço de preconceito e da discriminação.
É inacreditável que em pleno século 20 ainda aconteçam certos absurdos que acreditamos banidos da face da terra junto com os últimos dinossauros. Pois por incrível que pareça ainda se discriminam sexualmente os indivíduos. Ao ponto da capacidade intelectual de cada um tornar-se um mero detalhe.
Empresas privadas ou estatais, explícita ou implicitamente, de qualquer modo, o NÃO faz arder revolta.
Falo em nome de todas minhas colegas e eu mesma, que temos de sair de filas, sem poder competir a nível de igualdade com nossos colegas, apenas porque somos mulheres.
Xi... que vergonha!
Parece que o sexo feminino mancha currículo de qualquer uma. Será por causa da MENSTRUÇÃO?

MARTA INÊS (ECO 82)

* Agradeço os depoimentos sinceros de Catarina (ECO 82), Leila (ECO 82) e Regina (ECO 81).

Maurício C. Coutinho

A prolongada novela da crise do sistema previdenciário brasileiro passa por mais um capítulo. O recém-imposto ministro acaba de afirmar à imprensa que o déficit talvez ultrapasse os 5 trilhões de cruzeiros em 1985; alguns analistas falam em déficit de 8 trilhões, enquanto o antigo ministro, Jarbas Passarinho, deixava o ministério há poucas semanas mencionando um eventual superávit de um trilhão ou mais... Como se vê, as estimativas divergem na casa de dezena de trilhões, quantia elevadíssima em termos absolutos e mesmo comparativos, se lembrarmos que a previsão orçamentária do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social é de 57 trilhões de cruzeiros para 1985 e o orçamento da União estimado em torno de 90 trilhões para o mesmo período.

Para fazer face ao suposto déficit aventa-se a realização de uma reforma em dois estágios. No primeiro, as alíquotas seriam aumentadas, talvez diferenciadamente em detrimento da população de maior renda. No segundo, substituir-se-ia o desconto em folha de pagamento por uma alíquota incidente sobre valor adicionado ou faturamento das empresas. Comenta-se - e aqui é necessário cautela porque tudo ainda é boato - que o atual ministro seria amplamente favorável a esta última alteração, que visa a não punir através dos encargos sociais as empresas muito absorvedoras de mão-de-obra.

Embora esta modificação no critério de arrecadação da contribuição empresarial para a Previdência seja bem vista pela maior parte dos economistas, não há como deixar de reconhecer que se trata de medida bastante superficial face à extensão da crise previdenciária. Com certeza se corrigirá uma distorção do sistema atual, eventualmente se elevará a arrecadação e diminuirá o déficit, mas - cabe perguntar - será superada através deste procedimento a crise da Previdência? Afinal, de que crise falamos? A crise é o déficit e o déficit é a crise, ou existe alguma questão mais profunda no sistema previdenciário brasileiro à espera de encaminhamento?

Com certeza existe. A Previdência Social brasileira foi criada na década de 20 como um sistema estritamente voltado ao seguro social. Não há nada demais nisso, se lembrarmos que os sistemas previdenciários de diversos países originaram-se como formas de seguro social; cabe relembrar, entretanto, as características básicas do seguro social e verificar de que modo elas atendem às necessidades de financiamento da moderna seguridade social.

O seguro social é uma extensão à área pública das normas e procedimentos do seguro privado. Vale dizer, é um plano de precaução contra riscos previsíveis (acidentes de trabalho, aposentadorias, morte) que possibilita assegurar uma renda aos beneficiários a partir da capitalização das contribuições mensais dos trabalhadores ativos. As normas atuais estabelecem uma relação estrita entre o valor da contribuição e o valor dos benefícios, resguardada pela previsibilidade dos eventos e pelo grande número de contribuintes e beneficiários envolvidos no sistema. O caráter público do seguro significa obrigatoriedade de contribuição por parte dos trabalhadores cobertos e, principalmente, garantia de pagamento dos benefícios no montante estabelecido em lei, se necessário com o respaldo do orçamento público.

A fim de prover recursos para os desembolsos futuros, é imprescindível que a Previdência capitalize as contribuições presentes através de aplicação no mercado de capitais, em imóveis etc. Todos sabemos que a Previdência Social brasileira jamais capitalizou ao longo de sua história os superávits correntes. Nossa Previdência abandonou formalmente o regime de capitalização na década de 60, mas já desde muito antes os superávits não foram internalizados no sistema para formar um fundo de previsão contra os benefícios futuros. A adoção do regime de repartição simples - gastos diretamente financiados pelas contribuições correntes - apenas explicitou o que já se tornara evidente: os benefícios são garantidos somente pela contribuição dos trabalhadores ativos e eventuais repasses orçamentários. O "tenho direito à aposentadoria porque contribuí no passado", frase habitual do frustrado pensionista brasileiro, expressa apenas um direito social à assistência, e não uma norma securitária em vigor.

Apesar de desprovida do antigo sentido de seguro social, a Previdência brasileira continua a se basear numa espécie de contribuição associada ao espírito de sua formulação primitiva. De fato, contribuições proporcionais (ou quase) de assalariados e patrões, calculadas como alíquotas de salários e folhas salariais, indicam uma solidariedade e uma falta de progressividade típicas do seguro social e seu original regime de capitalização. No fundo, as contribuições previdenciárias nada mais são do que impostos; não reconhecidos como tal mas verdadeiros impostos lançados sobre a população de forma mais injusta possível. A parcela arrecadada dos salários incide sobre a renda dos trabalhadores de forma minimamente progressiva; a parcela arrecadada das folhas de pagamento transfere-se aos preços das mercadorias e para o consumidor final, também sem o menor critério de progressividade.

continua

Transformar a contribuição patronal em proporção do faturamento ou do valor a dicionado em nada altera esta realidade essencial: nossa Previdência financia-se como um seguro social, e não como o gasto social geral típico que é. Ora, se somarmos a esta inadequação de financiamento a série de graves problemas não resolvidos pela Previdência — atendimento médico precário, valor médios dos benefícios irrisório, distribuição dos benefícios injusta — veremos que as aventadas medidas em nada contribuirão para a reestruturação de nossa principal política social. Menos do que encontrar expedientes para cobrir o déficit do sistema previdenciário, o que interessa é rediscutir a essência das políticas social e orçamentária brasileiras. No limite, pensar a essência do Estado enquanto agente de arrecadação e gastos e as formas corretas de financiar o dispêndio público.



DE "RODA VIVA" A "VAI PASSAR"

A história costuma dar trotes, isto porque uma mesma estrutura abriga várias conjunturas, assim os marginais de ontem podem ser os heróis no sistema de hoje, do mesmo modo que estes podem retornar à marginalidade amanhã. Para aqueles que têm a oportunidade de viver conjunturas distintas às vezes pode parecer um sonho ou um pesadelo.

A idéia que pretendo desenvolver aqui é de como uma mesma pessoa viu duas conjunturas diferentes na sua vida (ou se preferirem dois momentos históricos distintos). A pessoa é Chico Buarque, a sua maneira de descrever dois momentos distintos está em duas músicas: Roda Viva e Vai Passar, esta última feita em parceria com Francis Hime.

Primeiramente, é importante ter em mente que, como bom mortal Chico nasceu, foi jovem e amadureceu. Assim, quando escreveu Roda Viva, sua visão era de jovem e como tal idealista, mais rebelde, menos responsável, enfim, as características de quem é adolescente.

"Vai Passar" já é escrita por alguém mais maduro, menos poético mas mais racional, pensa mais com cabeça do que com o coração.

Diferenciando os dois momentos históricos temos que "Roda Viva" nasce sobre um clima de opressão, é criada do silêncio. Tem um nível de contestação quase que física, parece fazer parte do corpo do próprio autor. "Vai Passar" surge da expansão, da alegria, é uma crítica bem humorada, menos pessoal, mais dirigida a um mercado.

"Tem dias que a gente se sente", "A gente vai contra a corrente", "Não posso fazer serenata", exemplos da personalidade de "Roda Viva". "A gente" e "não posso", dá uma idéia de participação mais direta do momento (um maior engajamento), o sujeito participa. Já "Vai Passar" é um desenho. São olhos que vêem a história na avenida, com uma visão crítica mais apurada, menos pessoal.

O idealismo pode ser captado no sentimento de decepção. "Roda mundo, roda gigante", uma frase que transmite a impotência ante os acontecimentos, carregando o destino, calando a voz, destruindo o cotidiano ("Não posso fazer serenata", "A roda de samba acabou"). Já "Vai Passar" é mais palpável, fala de um momento histórico passado de modo mais frio, com menos sentimento. É alegórica, seu ritmo é carnavalesco, o que realmente a torna bastante viável ao momento político onde surgiu ("que aqui sambaram nossos ancestrais" é realmente muito bom).

Por fim, "Vai Passar" é uma esperança. Chico foi suficientemente lúcido para não arriscar um palpite tão forte. Nesta esperança percebe-se o idealismo do autor que pensa em liberdade o objetivo mais subjetivo do que aquela porque chora em "Roda Viva".

"Ai que vida boa" não é tão boa assim pois o estandarte é do sanatório geral e as palmas são para os barões lamintus, mas que reina é a boa e gostosa ironia.

Para terminar, a meu ver "Roda Viva" é um choro, uma magia com toda a sua profundidade, enquanto que "Vai Passar" é uma alegria, porém mais restrita de um brilho de simples satisfação, a qual evidentemente não é completa.

Uma coisa é certa. "Roda Viva" não vai passar enquanto que "Vai Passar" deixa em seu refrão uma esperança, que estará sempre assombrada pela poesia de "Roda Viva", que tomara transformar-se apenas numa bela poesia na lembrança.